

## PERCEPÇÕES SOBRE A PERPETUAÇÃO DO PODER NO FUTEBOL BRASILEIRO: NOTAS PARA UMA REFLEXÃO

### PERCEPTIONS ABOUT POWER PERPETUATION IN THE BRAZILIAN FOOTBALL: NOTES FOR REFLECTION

Raphael Gomes de Araújo Palazzo

IFTO

Francisco Gilson Rebouças Porto Junior

UFT

*Resumo:* O objeto deste estudo é a perpetuação dos mandatários no poder da Confederação Brasileira de Futebol (CBF). O artigo tem por objetivo identificar as relações de poder existentes na entidade. Através de uma análise histórica da situação política vivida no Brasil em cada período da sua história, da legislação em cada período e como isso afetou essas relações na entidade gestora do nosso esporte mais popular.

*Palavras-Chave:* Poder; CBF; Perpetuação; Lei; Futebol.

*Abstract:* The object of this study is the perpetuation in power of the trustees of the Brazilian Football Confederation (CBF). The paper aims to identify the existing relations of power in the organization. Through a historical analysis of the political situation in Brazil in every period of its history, the laws in each period and how it affected those relationships in managing entity of our most popular sport.

*Keywords:* Power; CBF; perpetuation; law; Soccer.

## INTRODUÇÃO

O futebol brasileiro completou em 2014 cem anos da história da Seleção Brasileira e neste primeiro século de organização do futebol, esse foi controlado por poucas pessoas. Podemos dividir esta hegemonia em dois grandes personagens: O estado e a família Havelange.

O estado comandou o esporte brasileiro, em especial o futebol, em diversos momentos da nossa história, principalmente nos períodos ditatoriais. O futebol sempre foi visto pelos governantes como instrumento de promoção dos seus governos, devido ao caráter nacionalista que tem o esporte no Brasil. Nos períodos onde houve democracia a família Havelange foi a mandatária do nosso futebol, estando à frente do comando da CBF por mais de 40 anos, inclusive todos os títulos mundiais da seleção brasileira foram sobre o comando da família.

Buscamos apresentar no artigo alguns elementos da história do poder na CBF, as trocas de comando de acordo com o período histórico, as leis que influenciaram esse processo e a forma como surgiram possíveis hegemonias.

## O poder, construindo algumas conceituações

Quando se trata do conceito de poder a definição sociológica de Max Weber é referência. Lebrun (1981) e Dias (2008) citam na íntegra o texto:

Poder significa toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade. Dominação é a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo, entre determinadas pessoas indicáveis; disciplina é a probabilidade de encontrar obediência pronta, automática e esquemática a uma ordem, entre uma pluralidade indicável de pessoas, em virtude de atividades treinadas (WEBER, 2000, p. 33).

Mesmo Lopéz (2013) que considera a afirmação de Weber genérica cita o texto acima. Para o autor que defende a teoria do conflito social, todo agente social tem força e aquele que no conflito

social demonstrar mais força, este terá o poder. Aranha; Martins (1993, p.180) definem poder como sendo “[...] a capacidade ou possibilidade de agir, e de produzir efeitos desejados sobre indivíduos ou grupos humanos”.

O poder está em toda e qualquer relação social (poder pedagógico, pátrio poder, poder do policial, poder do contramestre, poder do psicanalista, poder do padre, etc., etc.). Lebrun (1981, p. 8) afirma que só há a possibilidade de exercer o poder à custa de outras pessoas. A contrapartida do poder é o fato de que alguém não o possui. Martinez (2009) corrobora esta visão e afirma que o resultado do poder é uma soma-zero, pois o poder de um é necessariamente a negação do poder do outro, sem que os dois possam ganhar seja o que for com a própria relação imposta e garantida pelo poder. Lebrun (1981) ainda afirma compreender a busca pelo poder, o combate a ele, a renúncia, o temor ou o asco, entretanto para ele não é compreensível subestimar o poder.

Neste contexto a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) é a detentora do poder no futebol brasileiro, do outro lado desta relação social estão todos os envolvidos nos esportes em questão: Federações, clubes, atletas, treinadores e até os torcedores e espectadores. Alguns podem afirmar que são apenas espectadores e por isso não estão sob a égide deste poder, mas ao analisarmos, por exemplo, os horários dos jogos impostos pela mídia e pelas gestoras do esporte, percebe-se claramente que estamos sujeitos às determinações das confederações, pois a elas é conferido o poder de gerenciar o esporte em âmbito nacional e representar internacionalmente (BETTI, 1997).

Para exercer o poder o uso da força é indispensável. Este é um dos principais elementos do poder. Lebrun (1981, p. 4) destaca que “[...] Sem o uso da noção de força, a definição seria visivelmente defeituosa.” Dias (2008) define força como o uso de ameaça de coerção física. Para Lebrun (1981) essa é apenas uma das formas do uso da força, não significando apenas o emprego de meios violentos de coerção, sendo a violência física uma raríssima demonstração de força.

O poder pode ser exercido de várias formas, Martinez (2009) apresenta a divisão na forma do poder econômico, poder ideológico e poder político. O poder econômico revela-se nas relações de produção. A própria divisão em classes sociais, com o poder econômico certamente reduzido da classe trabalhadora frente à burguesia, é o melhor exemplo. É visível esta relação de poder quando observamos a dependência financeira das Federações junto a Confederação competente. O poder de recompensa citado por Dias (2008) é uma das principais ferramentas de exercício de poder na área econômica e está baseado na capacidade de recompensar de alguma forma aos que adotarem um comportamento servil. A condição econômica das Federações depende intimamente do repasse de verba da Confederação, raras são as Federações que são autossustentáveis. Prova disto é o fato que em 2011, 89% da receita da federação Sergipana advém da CBF (ESTADÃO, 2012). A mídia em geral, em 2013, denunciou a existência de um suposto ‘mensalinho’ na CBF, onde a presidência da confederação pagava aos presidentes das federações em troca de apoio político nas eleições, estas sempre por aclamação.

Retomando Martinez (2009), o poder ideológico se configura no exercício do poder por meio da convicção de uma opinião pública. Atualmente os meios de comunicação se destacam neste papel que no passado já foi da Igreja (BELLOS, 1991, 2003; GUIMARÃES; SQUIRRA, 2007; ADORNO, 1978; SILVA CORRALO, 2012). Destacamos a grande influência da mídia, principalmente televisiva, no esporte. Os dias e horários de jogos são determinados pelas emissoras de televisão que detêm os direitos de transmissão. Os domingos à tarde e as quartas-feiras a noite são o horário nobre do futebol. Em outros esportes, como o voleibol, as regras forma alteradas para que houvesse uma adequação a grade de horário das emissoras. Entretanto a relação da Confederação Brasileira de Futebol e emissoras ora é de parceria no exercício do poder, ora é uma briga pelo poder. O atleta Alex, jogador do Coritiba e com passagens pela Seleção Brasileira afirmou em entrevista que “Quem realmente cuida do futebol brasileiro é a Globo... A CBF é apenas uma sala de reuniões” (LANCENET, 2013). E ainda citou o fato dos jogos de quarta-feira a noite só começarem após o término da novela. Guimarães; Squirra (2007, p. 48) afirmam que “[...] os meios de comunicação podem ser utilizados como instrumentos de violência simbólica e de perpetuação do poder das “classes dominantes””.

Já o poder político em regra, conforme Martinez (2009) se define como sendo o Estado. Instituído como a instituição *a priori*, o Estado reúne, organiza todo o poder capaz de reportar com força política suficiente para definir ou mudar as regras sociais de convivência. O poder político se manifesta em muitas formas de organização da vida social, entretanto o Estado é o principal

detentor deste poder. (MARTINEZ, 2009; HAUG, 1997; BOBBIO; NOGUEIRA, 1997). Neste caso o poder político é exercido pelo presidente da Confederação sobre os presidentes das Federações. O presidente da CBF é eleito pelos presidentes das federações e dos clubes integrantes da Série A no ano eleitoral e, apesar de ser um poder legítimo (DIAS, 2008), aquele baseado numa autoridade legítima que foi eleita, escolhida ou indicada para a posição, o poder político é exercido através de outras manifestações, à exemplo, o poder coercitivo que consiste na punição daqueles que não se submetem as ações impostas pelo detentor do poder (DIAS, 2008). Pode-se expressar, por exemplo, pela retirada de aporte financeiro e/ou político às federações rebeldes.

### **Perpetuação do poder e democracia: o caminho até a Lei 12.868/13**

Conquistado o poder, todos os esforços são feitos para mantê-los, prevalecendo a célebre frase de Maquiavel, “os fins justificam os meios”, presente na obra *O Príncipe*. Martinez (2009) afirma que a soma-zero do poder corresponde a um ciclo vicioso. Quanto mais poder um grupo exerce, mais este buscará mantê-lo. Para Malfatti (2008) todo grupo político ou partido que está no poder tende a perpetuar-se. Os poderosos usam das mais variadas estratégias, principalmente o bom desempenho econômico e o favorecimento de grupos que possam garantir-lhe a maioria (RAMOS, 1984; MELANI, 1999; PRONI, 2000; SILVA, 2006).

No âmbito da Confederação de Futebol os argumentos utilizados são as conquistas obtidas pelos selecionados brasileiros, o bom desempenho de equipes brasileiras em torneios internacionais e a utilização da imagem de grandes ícones do esporte. O favorecimento a grupos que permitem a manutenção dos mesmos no poder é um fato já citado, esses grupos são presidentes de Federações, presidentes de clubes e os meios de comunicação.

Segundo Malfatti (2008), a perpetuação no poder encontra respaldo na Teoria das Elites. Esta teoria baseia-se no fato dos integrantes dos cargos governativos julgarem-se elite e por este motivo acreditam que devam permanecer no cargo. É a auto justificação do poder. Sendo o objetivo final a manutenção do poder, e isso é justificável por ser elite, no entendimento do poderoso é natural prover-se dos meios necessários para concretizar tal objetivo. Entretanto o autor afirma que não há algo especial, que faça de alguém elite porque detém o poder num determinado tempo. Não é por ser elite que alguém ocupa o topo da política, mas pelo inverso: porque ocupa o governo é que é elite. “Para os defensores da perpetuação no poder não faz sentido o pluralismo político ou a democracia horizontal. Sempre haverá uma oligarquia no poder” (MALFATTI, 2008, p. 2,3).

Na história do Futebol essas relações de poder parecem existir em diversos momentos. Destaque-se que em 1916 foi criada a Confederação Brasileira de Desportos (CBD) com a missão de gerenciar o esporte brasileiro e cessar os embates políticos entre as várias ligas e federações fundadas até a época. Entretanto, o cenário esportivo brasileiro seguiu fragmentado até o Decreto-Lei 1.056 de 19 de janeiro de 1939 do Presidente Getúlio Vargas. Diante da aceitabilidade da Seleção Brasileira pelo povo o governo percebeu que o esporte era importante ferramenta na construção de um discurso nacionalista e autoritário. Os resultados obtidos pela seleção consolidaram um conceito simbólico de nação. Este decreto instituiu a Comissão Nacional dos Esportes (CNE), este órgão tornou-se o responsável pelo estudo dos problemas do desporto e elaboração de um plano geral para regulamentação do esporte. (SARMENTO, 2006; ALMEIDA, 2013; TOLEDO, 2002).

Dois anos depois se instalou o que Sarmiento (2006) chama de “império da obediência” com o Decreto-Lei 3.199, de 14 de abril de 1941. Este decreto consolidou o movimento iniciado em 1939 de regulação estatal sobre o esporte. Nele se criava o Conselho Nacional de Desporto (CND), instituição que se tornou a principal entidade esportiva do país. O artigo 12 claramente afirma que todas as confederações existentes são imediatamente colocadas sob a égide do CND. A partir deste momento o estado não se limita apenas a resolver conflitos, observa-se o nítido ato de centralização do esporte e a visão do governo que o esporte era “importante ferramenta de controle da sociedade e de promoção dos ideais de nacionalidade” (SANTOS PIMENTEL; MEZZADRI, 2007, p. 16; SARMENTO, 2006). No artigo 6º criava em cada Estado, um conselho regional de desportos, com cinco membros, todos nomeados pelo respectivo governo, pelo prazo de um ano, não sendo vedada a recondução. Há a institucionalização da perpetuação do poder e a ausência da democracia, já que tanto para o CND quanto para os conselhos regionais os cargos eram indicações políticas. Almeida (2013, p.15) afirma que por ser o esporte com maior apelo entre a população o

futebol ganha um status diferenciado, onde já no Art. 16 § 2º explicita este pensamento, pois nele consta “[...] que o foot-ball constitui o desporto básico e essencial da Confederação Brasileira de Desportos”. Com o intuito de ratificar o poder do CND outros dois decretos-leis foram assinados pelo presidente: 9.267/42 que previa que toda competição deveria ter a aprovação do CND e 5.342/43 que reafirmava a necessidade das entidades esportivas submeterem-se ao CND.

Outra ferramenta que propiciou a perpetuação dos ocupantes de cargos de alto escalão nas confederações surgiu no regime militar. A Lei 6.251, de 8 de outubro de 1975 que foi regulamentada com o decreto 80.228/1977, onde promoveu mudanças na regulação do esporte no Brasil. Entretanto se manteve o controle da gestão nas mãos do estado, ampliando os poderes do CND. Uma prova disto foi a centralização dos votos para presidente das confederações, a partir do decreto os clubes tiveram seu papel nas decisões esportivas reduzidos e, porque não afirmar, retirados. O voto era direito apenas das federações, o que segundo Sarmento (2006, p. 26), “[...] reduzia o número de votantes nos processos deliberativos e tornava o poder dos presidentes das federações praticamente absoluto”. O autor prossegue e afirma que além de perder sua autonomia os clubes e associações esportivas ficavam sujeitos a acordos forjados por um seleto grupo de presidentes de federações, que em sua maioria eram políticos.

Com a constituição de 1988 a democracia estava novamente instalada no Brasil, o que ninguém esperava era que um documento democrático produzisse mais um instrumento de dominação e permissão da manutenção da elite no poder. O parágrafo I do artigo 217 da Constituição Federal de 1988 afirma que as entidades desportivas dirigentes e associações devem ter autonomia quanto a sua organização e funcionamento. Este dispositivo aliado ao fato do estado deixar de ser o gestor e controlador do esporte montou o cenário ideal para o surgimento de verdadeiras “dinastias” à frente das confederações esportivas. As duas leis seguintes, que levavam nome de grandes atletas, numa clara tentativa de gerar empatia da população com as leis 8.672/93 e 9.615/98 (Lei Zico e Lei Pelé, respectivamente) são omissas quanto a esta situação. No artigo 13 da Lei Zico preconiza-se que a duração dos mandatos deve se possível, ser ajustada ao ciclo olímpico ou a competição mundial da modalidade. Em momento algum se refere ao tempo do mesmo. Sua sucessora tampouco.

O quadro legislativo até aqui apresentado se arrastou por anos, quando começou a ser mudado com a Lei 10.264/01, também conhecida como Lei Agnelo Piva. Apesar de não tratar diretamente das questões políticas do esporte e não ter um impacto direto na quebra das oligarquias a sua contribuição foi fundamental. Até então o esporte brasileiro nunca teve recursos suficientes para se autossustentar, a lei que institui o repasse de verba das loterias injetou grande quantidade de dinheiro nas confederações. Com o passar dos anos os recursos aumentaram e os problemas estruturais do esporte continuaram iguais. Denúncias de supostos desvios de verba e más gestões surgiram em várias confederações, isto gerou um movimento da comunidade esportiva que mobilizou a chamada bancada do esporte na câmara e no congresso e teve como resultado a Lei 12.868/13 que altera o artigo 18 da Lei Pelé e limita o mandato de presidente de Confederações, Federações e Associações esportivas há no máximo quatro anos com possibilidade de apenas uma recondução (BRASIL, 2013). Esta medida vale apenas para as entidades que recebem verba pública.

## Da CBD à CBF, uma história à parte

Na noite de 18 de junho de 1916 criou-se a Confederação Brasileira de Desportos (CBD), a primeira entidade gestora do futebol e antecessora da CBF. A CBD cuidava de todos os desportos praticados à época. Na época havia uma intensa disputa de poder entre a Liga Paulista de Futebol (LPF) e a Liga Metropolitana de Esportes Atléticos (LMEA,) sediada no Rio de Janeiro, para a conquista do poder do futebol brasileiro. Estabeleceu-se, com a intervenção do ministro das Relações Exteriores Lauro Müller, o consenso pela criação da CBD, porém, esta não foi o final da disputa. Como cada uma das entidades havia criado uma federação com o intuito de comandar o futebol, três dias após o surgimento da CBD outra reunião resolveu pela extinção das duas instituições criadas anteriormente para gerir o futebol: a Federação Brasileira de Esportes (FBE) e a Federação Brasileira de Futebol (FBF), ligadas a LMEA e a LBF, respectivamente. Quando os conflitos pareciam ter terminado, a CBD foi surpreendida com a notícia que a FBF solicitara filiação a recém-criada Confederação Sul-americana de Futebol. Entretanto, comprovado perante o órgão sul-americano a legitimidade no Brasil da CBD a mesma foi reconhecida internacionalmente, dando

fim a este primeiro capítulo político no futebol brasileiro. Observa-se que desde seu início o futebol teve uma luta árdua pelo poder (SARMENTO, 2006; DAMO, 2002).

Na década seguinte realizou-se a primeira Copa do Mundo em 1930 no Uruguai e, por essa ocasião, a CBD reviu sua posição e retornou a Confederação Sul-americana. Outra grande mudança foi a profissionalização dos jogadores. A CBD que sempre se posicionou contrária ao fato teve que ceder as pressões devido ao assédio de clubes estrangeiros a jogadores brasileiros e a política de valorização dos trabalhadores de Vargas. Nesta época o estado era o principal comandante do esporte no país. Em virtude desta discussão há uma nova ruptura no comando nacional do futebol com a criação da nova Federação Brasileira de Futebol (FBF) que defendia a profissionalização do esporte.

O cenário começa a se modificar com a atuação direta do estado que indica Luís Aranha, um político, sem experiência esportiva para presidência da CBD com a missão de centralizar a gestão do esporte para assim o fortalecer, acabando com o poder paralelo das instituições dissidentes. De fato Aranha obteve sucesso ao conseguir a fusão das várias ligas existentes no Rio de Janeiro e em São Paulo promovendo o profissionalismo e colocando a FBF sob sua égide, sendo doravante a CBD representante do Brasil internacionalmente e a FBF organizadora do futebol no país (SARMENTO, 2006; RAMOS, 1984).

Com o decreto-lei 3.199 de 1941 extingue-se a FBF e seus diretores são incorporados ao quadro da CBD, que ganha status e se consolida definitivamente, pois seu presidente assume também o CNE. Numa clara demonstração do Estado que além de controlar o esporte tinha o futebol como principal desporto como visto anteriormente.

A Copa do Mundo de 1950 foi mais capítulo na nossa história onde o futebol era o instrumento para alavancar o Brasil, desta vez no cenário internacional. Este evento nos deixou um dos maiores legados esportivos já vistos em nosso país: a construção do imponente Maracanã. Não satisfeito em apenas sediar o mundial a CBD traçou estratégias para alcançar o título na Copa de 50, a CBD deixou de realizar o Campeonato Brasileiro em anos anteriores a Copa para preparar de forma adequada o nosso escrete. A consequência da não realização dos mesmos gerou um novo endividamento da entidade, porém a aposta era de retorno financeiro em caso de sucesso da seleção. Lamentavelmente perdemos na final, mas fora de campo grandes avanços aconteceram. Luís Aranha foi alçado ao cargo de vice-presidente da FIFA e outros dirigentes passaram a integrar o quadro permanente da entidade. Financeiramente houve o retorno esperado e nos anos seguintes com o investimento maciço na seleção brasileira a arrecadação da CBD aumentou vertiginosamente. Após a Copa de 50 a obsessão pela conquista do título mundial cresceu e todos os esforços foram feitos para atingir este objetivo, com isso a década de 50 serviu para consolidar a CBD como entidade futebolística, relegando as demais modalidades que tinham que contar com o apoio do governo federal para enviar representantes para as olimpíadas. (SARMENTO, 2006; CALDAS, 1990).

Em 1958 assume a CBD João Havelange e dá início ao segundo ciclo de perpetuação do poder no comando do futebol brasileiro. Havelange consegue em menos de seis meses o que seus antecessores não conseguiram: O título mundial e o surgimento daquele que é considerado até hoje o rei do futebol, Pelé. Aliado a uma grande reestruturação na comissão técnica brasileira, isto sim mérito dirigente, este assume papel de grande prestígio. Jamais saberemos se outro presidente sagrar-se-ia campeão, mas o fato é que o trabalho que culminou no título mundial de 1958 começou anos antes da chegada do mandatário ao comando do nosso futebol. Havelange modificou o gerenciamento de recursos, destinando um orçamento maior para as demais modalidades e ampliando investimentos através de verbas públicas, empréstimos bancários e investimentos imobiliários e financeiros. Sempre foi um dirigente conhecido por não limitar seus projetos em virtude da situação financeira da CBD (SARMENTO, 2006).

Havelange continuou promovendo mudanças que transformariam o futebol brasileiro. Criou a Taça Brasil, primeiro torneio nacional de clubes do Brasil e participou da criação da Taça das Américas que tinha objetivo de disputar a Copa Intercontinental contra o campeão europeu. A esta altura o prestígio do presidente era mundial. Um claro exemplo foi a preparação para Copa do Mundo de 1962, na ocasião o Brasil escolheu a cidade-sede antes dos outros países e conseguiu inclusive marcar seus jogos para cidade de Viña Del Mar para fugir do inverno chileno (SARMENTO, 2006).

Diferentemente do que se viu em 1958, após o bicampeonato no Chile a situação financeira da CBD se complicou. Da mesma forma que estava a situação do país. Mais uma vez João Havelange buscou alternativas para captação de recursos. Investimentos imobiliários e as intermináveis excursões da seleção brasileira ajudavam a equilibrar os cofres. A capilarização do futebol era vital para a saúde financeira da entidade, afinal com novos centros esportivos e novas potências esportivas o consumo do produto futebol aumentaria. Com isso ele conseguiu recursos que financiaram grandes estádios pelo país. Para Sarmento:

Politicamente, essa medida se mostrou muito eficaz no estabelecimento de uma base constante de apoios e votos para o presidente, condição essencial para a manutenção de sua hegemonia no cenário da política desportiva brasileira. (SARMENTO, 2006, p. 115)

Sarmento afirma que com o golpe de 1964 a ditadura instalada no país passou a acompanhar o trabalho da CBD, em especial a seleção brasileira mais de perto através do Serviço Nacional de Informação (SNI). Um dos efeitos desta intervenção do estado foi a criação de um conselho para escolher a comissão técnica e os jogadores que comporiam a seleção nacional de futebol. Esta situação gerou o que considero o choque das hegemonias. De um lado o presidente João Havelange há uma década no poder, de outro a ditadura que via no futebol uma forma de controlar o povo. O referido conselho foi desfeito dois anos após sua criação, porém o estado tinha cada vez mais força dentro da CBD. A maior demonstração disto se deu na preparação da copa de 1970. A preparação física da seleção foi entregue aos profissionais do exército, bem como a chefia da delegação.

Após o ápice com a seleção de 1970 a figura de João Havelange havia se mitificado. O dirigente já tinha uma competição nacional com seu nome, estádio municipal e o prédio da CBD também foram batizados com o nome do mandatário. As suas aspirações indicavam a possível e cada vez mais palpável presidência da FIFA. A habilidade de Havelange o permitia lidar inclusive com o choque de poder, que para atender o interesse político do governo cria o Campeonato Brasileiro em 1971. O governo tinha claro interesse em atingir a maior parcela da população e disseminar a ideia da ditadura como a grande responsável pelo sucesso do futebol brasileiro. O projeto de João Havelange de assumir a entidade máxima do futebol ficou evidenciado na preparação da Copa de 1974 onde, Sarmento (2006, p. 136-7) afirma que “[...] Essa longa excursão [...] transformava a presença dos tricampeões mundiais em importante moeda de troca com as federações nacionais que detinham votos na assembleia da FIFA” e, que “[...] a CBD programou alguns amistosos contra equipes de segunda linha, mas cujas federações tinham posições estratégicas no jogo de forças do processo sucessório da FIFA.”

Com o advento da Loteria esportiva as contas da CBD que durante décadas oscilaram conseguiram se estabilizar e a entidade começou a obter grandes lucros. Diante deste panorama Havelange passou a defender a extinção da CBD e criarem-se confederações específicas, pois a loteria federal representava a independência dos esportes olímpicos.

Havelange foi eleito como presidente da FIFA e mesmo acreditando na dissolução da CBD como o melhor caminho para o esporte continuou a frente da entidade acumulando os dois cargos. Por pouco tempo já que por pressões políticas entregou o cargo. A saída de João Havelange não pode ser compreendida como uma derrota frente ao choque com o governo. Após três títulos mundiais em quatro possíveis com a seleção brasileira, consolidação do futebol em território nacional, autonomia dos desportos olímpicos e equalização das contas da CBD a ida para FIFA era um prêmio a todo esforço dedicado ao esporte. Com isso o esporte volta às mãos do estado após ter visto um homem apenas ter polarizado o domínio do futebol durante quase duas décadas.

Em 1975 assume a CBD o almirante Heleno Nunes, numa clara demonstração da ditadura militar que o poder sobre o futebol era dela. O teor político da gestão de Nunes ficou evidente na marcante frase “onde a Arena vai mal, um time no Nacional” para justificar o inchaço do campeonato brasileiro que chegou ao número recorde de 94 participantes. (SARMENTO, 2006; ARAUJO DOS SANTOS, 2011). A centralização de poder foi institucionalizada na lei 6.251, de 8 de outubro de 1975, a mesma definia que os votos para presidente das confederações seriam direito apenas dos presidentes das federações. Em 1979 a CBD é extinta e nasce a CBF, esse processo

deu-se paralelamente a abertura política do presidente Figueiredo. Isto motivou os dirigentes a repensar a estrutura política da CBF e pressioná-la por mudanças. Os clubes estavam perdendo poder desde a lei 6.251 e a entrada do centralizador presidente Heleno Nunes (SARMENTO, 2006).

Neste cenário era necessária a figura de um presidente que estabelecesse uma relação salutar com os clubes. O empresário Giulite Coutinho assumiu em 1980 e revolucionou o marketing do futebol brasileiro, tornando-o um produto a ser exportado (HAUG, 1997; SZYMANSKI; KUYPERS, 1999; LEONCINI, 2001; COGO, 2002; DIETSCHY, 2006; FUSCO, 2006, SOARES e outros, 2011). Assinou contratos com patrocinadores e fornecedor de material esportivo e promoveu o licenciamento dos produtos alusivos a marca da seleção nos meios de comunicação (GASTALDO, 2000; RIAL, 2003). Outra grande mudança foi em relação ao calendário das competições nacionais. Houve uma redução no número de participantes no campeonato brasileiro, o que interessava diretamente as emissoras de televisão que pretendiam inserir o futebol na programação (SOARES, 1994). Além disso, o futebol dividiu-se em três divisões. Porém a gestão de Giulite Coutinho padecia com os desgastes entre federações e clubes e sofreu o mais duro golpe da sua história: O roubo da taça Jules Rimet, símbolo da eficiência administrativa da entidade. (SARMENTO, 2006). O sucessor de Coutinho foi Otávio Pinto Guimarães que continuou envolto nas mesmas mazelas do antecessor. A gestão de Guimarães foi responsável pelo campeonato brasileiro mais controverso da história. A interminável Copa União, com um regulamento esdrúxulo é alvo de briga na justiça até hoje. O seu legado resumiu-se a criação da Copa do Brasil.

Sedentos por mudanças os dirigentes elegeram Ricardo Teixeira que propunha uma modernização administrativa. Que de fato ocorreu com o planejamento das atividades da seleção brasileira pelo período de cinco anos, o ajuste no calendário para não haver sobreposição de datas nos jogos da seleção e dos clubes. Regulamentos que impedissem o seu descumprimento e a negociação de contratos televisivos. Assim como seu sogro João Havelange, Ricardo Teixeira colheu os frutos colhidos por gestões anteriores e levou a seleção a sagrar-se tetracampeã mundial em 1994 recuperando a hegemonia do futebol brasileiro e posteriormente em 2002. A última reformulação marcante da era Teixeira foi a transformação do sistema de disputa do campeonato brasileiro para os pontos corridos e a redução para 20 clubes que perduram até hoje.

Mas a gestão de Teixeira também foi marcada pelas eleições por aclamação e pelas inúmeras denúncias desde meados da década de 90. Que se seguiram até o final do seu mandato. Casos de venda de voto na eleição da FIFA, envolvimento com bancos que financiaram empréstimos com juros bem acima da média do mercado que culminou na CPI do futebol que durou 14 meses. Por último e talvez decisivo o episódio do amistoso entre Brasil e Portugal que foi financiado com dinheiro público e teve posteriormente cheques da empresa responsável pela organização do evento ligados ao presidente da CBF que sempre negou a ligação com a empresa até a descoberta dos cheques. Com as sucessivas e inúmeras denúncias Teixeira renunciou ao cargo em 2012 curiosamente pelas mãos daquele que foi o principal responsável pelo título de 1994, o deputado federal Romário que buscava a apuração e cobrava a CPI da CBF na câmara dos deputados. Em seu lugar entrou José Maria Marin que será sucedido em 2015 pelo presidente eleito Marco Polo Del Nero.

## Considerações finais

Ao analisarmos a história da CBF se percebe que o clamor social do futebol é utilizado para manutenção e ascensão ao poder desde os primeiros passos do esporte no país. O futebol é utilizado para perpetuação no poder não apenas nas próprias confederações, mas também nos governos estadual, municipal e principalmente federal. Pode se observar que em sua totalidade os primeiros comandantes do nosso esporte principal eram políticos ou militares. A seleção brasileira é equiparada a um exercito poderoso e as competições por ela vencidas consideradas verdadeiras guerras dignas do orgulho nacional.

As duas hegemonias: o estado e a família Havelange alternaram-se no poder até 2012. Não é exagero esta afirmação quando se observa que em 100 anos de história da seleção brasileira 40 foram administrados pela mesma família. O estado sempre esteve do outro lado desta disputa de poder, principalmente nos períodos ditatoriais do país.

Esta é uma realidade que pode estar prestes a ser mudada, pois a partir da lei 12.868 de 2013 que alterou a lei 9.615/98, onde só é permitido um mandato de no máximo quatro anos e

apenas uma recondução para os presidentes de entidades sem fins lucrativos componentes do Sistema Nacional do Desporto. Somente as entidades que acatarem a lei poderão receber recursos da administração pública federal direta e indireta. Esta mudança na lei permitirá uma mudança profunda nas federações e confederações que por vezes tem o mesmo presidente durante décadas. O futebol tem uma característica diferente dos demais, haja vista que a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) não recebe nenhum recurso da esfera pública, porém por ser um patrimônio nacional o clamor da sociedade pode ser decisivo para a democracia no segundo século do nosso futebol.

## BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Theodor W. A Indústria cultural. In: COHN, G (org.) **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

ALMEIDA, Paulo Antonio Cresciulo. **Esportes e lazer como instrumentos políticos da “Era Vargas” e governo Lula: aproximações e particularidades**. 2013. 199f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Faculdade de Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

ARAUJO DOS SANTOS, Daniel de. Urnas e nos gramados – as eleições e o Campeonato Brasileiro durante a Ditadura Civil - Militar”. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011.

ARANHA, Maria Lúcia Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: introdução à filosofia**. 2ª edição. Moderna, 1993.

BELLOS, Alex. **Futebol: o Brasil em campo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BETTI, Mauro. **Educação Física e Sociedade**. São Paulo: Movimento, 1991.

BETTI, Mauro. **Violência em campo** – dinheiro, mídia e transgressão às regras no futebol espetáculo. Ijuí: Editora Unijuí, 1997.

BOBBIO, Norberto; NOGUEIRA, Marco Aurélio. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

BRASIL. **DECRETO LEI FEDERAL 1.056** de Janeiro de 1939. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1930-1939/decreto-lei-1056-19-janeiro-1939-349204-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 01/10/2014

BRASIL. **DECRETO LEI FEDERAL 3.199** de Abril de 1941. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del3199.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del3199.htm)>. Acesso em: 20 ago. 2015..

BRASIL. **Lei 6.251 de Outubro de 1975**. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1975/6251.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2015..

BRASIL. **LEI n. 12.868, de 15 de outubro de 2013**. Altera a Lei n. 9.615, de 24 de março de 1998; e dá outras providências. Brasília, 2013. Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 20 ago. 2015.

CALDAS, W. **O pontapé inicial: memórias do futebol brasileiro (1984-1930)**. São Paulo: Ibrasa, 1990.

COGO, Denise. **Mídia, imigração e interculturalidade: mapeando as estratégias de midiatização dos processos migratórios e das falas imigrantes no contexto brasileiro**. Fronteiras Estudos Midiáticos, São Leopoldo, v. 4, n. 2, p. 145-163, 2002.



DAMO, A. S. **Futebol e identidade social: uma leitura antropológica das rivalidades entre torcedores e clubes.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002, (Coleção academia).

DIAS, Reinaldo. **Sociologia das organizações.** São Paulo: Ática, 2008.

DIETSCHY, P. Dos desafios políticos: los traspasos de jugadores y la descolonización deportiva de África. **Vanguardia Dossier**, Barcelona, v. 20, p. 78-89, jul./set. 2006.

ESTADÃO. **Mensalinho, a fórmula para cooptar o apoio de 27 federações estaduais.** Disponível em: <<http://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,mensalinho-a-formula-para-cooptar-o-apoio-de-27-federacoes-estaduais,977108>> acesso em 15 ago. 2015.

FUSCO, W. Conexão origem-destino: migrantes brasileiros no exterior. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambu. **Anais...** Caxambu:ABEP, 2006. Disponível em: [http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006\\_638.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_638.pdf). Acesso em: 12 ago. 2015.

GASTALDO, Édison. **A nação e o anúncio: a representação do 'brasileiro' na publicidade da Copa do Mundo.** 2000. Tese (Doutorado em Multimeios). Instituto de Artes/Unicamp, Campinas.

GUIMARÃES, André; SQUIRRA, Sebastião Carlos de Moraes. **Comunicação organizacional e o processo comunicacional: uma perspectiva dialógica.** 2007.

HAUG, Wolfgang F. **Crítica da estética da mercadoria.** São Paulo: Ed. Unesp, 1997.

LANCENET Alex **critica condução do futebol brasileiro: 'Quem cuida é a Globo. A CBF é apenas sala de reuniões'.** Disponível em: [http://www.lancenet.com.br/minuto/Alex-brasileiro-Globo-CBF-reunioes\\_0\\_970703171.html](http://www.lancenet.com.br/minuto/Alex-brasileiro-Globo-CBF-reunioes_0_970703171.html)>. acesso em 10 ago. 2015.

LEBRUN, Gérard. **O que é poder.** Abril Cultural, 1981.

LEONCINI, Marvio Pereira. **Entendendo o negócio futebol: um estudo sobre a transformação do modelo de gestão estratégica nos clubes de futebol.** Tese (Doutorado), São Paulo. Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, 2001.

LÓPEZ, Fábio Lopez. **Poder e domínio - Uma Visão anarquista.** Editora Faísca, São Paulo, 2013.

MALFATTI, Selvino Antônio. A Teoria das Elites como ideologia para perpetuação no governo. In: **Thaumazein – Revista semestral do Curso de Filosofia do Centro Universitário Franciscano.** Santa Maria, RS, n. 2, mar. 2008. Disponível em: <<http://www.unifra.br/thaumazein/edicao2/edicao2.asp>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

MARTINEZ, Vinício Carrilho. **O que é poder.** São Paulo: Tierra socialista/PAPELES SOBRE DEM, 2009.

MELANI, R. O futebol e a razão utilitarista. In: COSTA, Marcia Regina da., **Futebol: espetáculo do século.** São Paulo: Musa, 1999.

PRONI, M. W. A Metamorfose do Futebol. São Paulo: UNICAMP, 2000.

RAMOS, Roberto. **Futebol: ideologia do poder.** Petrópolis: Vozes, 1984.

RIAL, Carmen. Futebol e mídia: a retórica televisiva e suas implicações na identidade nacional, de gênero e religiosa. **Revista Antropolítica**, Niterói, UFF, n.14, jan-jul 2003, p. 61-80.

SANTOS PIMENTEL, Écliton; MEZZADRI, Fernando Marinho. O Estado Novo ea concepção de esporte no Decreto Lei 3199 de 1941. ANPUH – XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – São Leopoldo, 2007.

SARMENTO, Carlos Eduardo. **A regra do jogo: uma história institucional da CBF**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

SILVA CORRALO, Giovani. O poder municipal na elaboração e execução de políticas públicas. **Revista do Direito**, Santa Cruz do Sul, UNISC, nº 37, p. 116-130, jan-jun, 2012. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/direito/article/viewFile/2795/2120>. Acesso em: 20 mar. 2015.

SILVA, Marcelino Rodrigues. **Mil e uma noites de futebol: o Brasil moderno de Mário Filho**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

SOARES, Antonio Jorge G.; MELO, Leonardo Bernardes S.; COSTA, Felipe Rodrigues da Costa; BARTHOLO, Tiago Lisboa; BENTO, Jorge Olímpio. Jogadores de futebol no Brasil: mercado, formação de atletas e escola. In: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 33, n. 4, p. 905-921, out./dez. 2011, p. 905-921.

SOARES, Edileuza. **A bola no ar: o rádio esportivo em São Paulo**. São Paulo: Summus, 1994.

SZYMANSKI, S.; KUYPERS, T. **Winners and Losers – The Business Strategy of Football**. London: Viking, 1999.

TOLEDO, L. H. **Lógicas do futebol**. São Paulo: Hucitec, 2002.

Recebido em 19 de março de 2016  
Aprovado em 20 de setembro de 2016